



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

Maria Luiza Tucci Carneiro

Boris Kossoy

PROPAGANDA E REVOLUÇÃO OS CAMINHOS DO IMPRESSO POLÍTICO. 1930-1945¹

Os estudos sobre a propaganda política no Brasil nos oferecem amplas possibilidades de análise: uma delas permite avaliar a dimensão da política de massas enquanto instrumento do Estado, tendo como objeto o Estado Novo brasileiro (1937-1945) cujas práticas se fizeram inspiradas em paradigmas fascistas. Outro viés possível de investigação são as ações propagandísticas dos opositores ao governo de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), que – apesar do controle sustentado pelos aparelhos repressores do Estado – conseguiram colocar em circulação suas propostas revolucionárias e suas críticas ao regime estadonovista. Com base na documentação pesquisada junto aos arquivos da Polícia Política do Estado de São Paulo, o DEOPS², podemos nos referir a três tipos de propaganda política que, por seu enfrentamento cotidiano, criaram um permanente estado de tensão:

- 1) a propaganda oficial e autoritária, editada pelo Estado governado por Getúlio Vargas, expressão máxima do autoritarismo e do populismo no Brasil;
- 2) a propaganda “subversiva”, produzida pelos grupos nomeados como “inimigos do regime” e que atuavam na clandestinidade;
- 3) a propaganda dos grupos políticos que, fora dos círculos do poder mas pactuando com os representantes dessa elite, colocavam em circulação seus impressos até o momento em que, por ameaçarem a continuidade de Vargas no poder, transformaram-se em “inimigos do Estado”.

Seguindo a trilha do impresso no Brasil chegaremos aos grupos políticos e movimentos sociais que, através de múltiplos subterfúgios, conseguiram formular as propostas de revolução social. Tomando por base as categorias agregativas, animadas por seus sujeitos sociais, identificamos os espaços da sedição e da edição. Muitas vezes,

¹ Parte desta comunicação é resultado do projeto de Bolsa de Produtividade junto ao CNPq desenvolvido por Maria Luiza Tucci Carneiro desde 2005 tendo como fonte principal o Fundo DEOPS/SP, sob a guarda do Arquivo Público do Estado. Este estudo integra também as propostas de Boris Kossoy, coordenador de Iconografia do Projeto Temático Fapesp, “Arquivos da Repressão e da Resistência: Mapeamento da Documentação do DEOPS e do DEIP/SP”.

² DEOPS- Departamento Estadual de Ordem Política e Social, cujo acervo encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

constatamos a coexistência de dois mundos paralelos: o *submerso*, visível, dito “real”; e o *clandestino*, movediço, sombreado, dito recluso. É sobre estes mundos que nos debruçaremos tendo como objeto de estudo os panfletos produzidos pelo DEOPS- Departamento Estadual de Ordem Política e Social e pelo DEIP- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, órgãos de repressão e propaganda no Estado de São Paulo, respectivamente.

Empregando a *metáfora da rede* para a análise dos documentos confiscados pela Polícia Política, desvendamos uma trama de cidadãos mobilizados por autênticas estratégias de mobilização social³. A somatória destes impressos, além de definir certas identidades individuais e de grupo, expressa a formação de redes de solidariedade entre imigrantes e nacionais, cidadãos de todas as classes, raças e religiões. As mensagens multiplicadas são exemplos de representatividade desses vínculos comunitários, distintos por seus apelos, utopias e por seus desencantos com a realidade brasileira.

A propaganda oficial

A *propaganda oficial* representativa da postura do Estado Novo brasileiro se fez inspirada nos modelos ditados pelos regimes europeus de cunho fascista; enquanto que a propaganda da oposição ou de resistência ao autoritarismo tinha como matriz as ideologias da esquerda revolucionárias, dentre as quais o socialismo e o comunismo. Ambas as propagandas valiam-se de um discurso sedutor cujas mensagens ofereciam à sua clientela um mundo melhor, purificado e livre de cidadãos indesejáveis. Cada qual, de acordo com seu ideário, adotou uma forma de representação do inimigo que, se comparadas, têm muito em comum com as narrativas do fascismo e das esquerdas européias, respectivamente.

A propaganda oficial procurava gerar imagens de uma sociedade liderada por um estadista competente – no caso Getúlio Vargas – trabalhador, generoso, carinhoso, responsável e dedicado às causas humanitárias. O perfil de uma nação governada por um ditador era diluída pela ação dos meios de comunicação, da educação, dos programas beneficentes e culturais sustentados pelo Estado dedicado a construir uma sociedade homogênea, livre de conflitos. Através de ações repressoras e policiais – autoritárias na sua essência – o governo Vargas negava ao povo brasileiro o direito ser plural. Esta realidade autoritária, no entanto, tem sua gênese nos primeiros anos do seu governo, quando foram definidas as funções do Ministério da Educação.

Sintomática é a presença, neste primeiro momento, de Francisco Campos (1891-1968), então ministro da Educação e Saúde entre 1931-1932. Ao mesmo tempo, Campos incentivava a formação da Legião de Outubro, organização criada em Minas Gerais nos moldes dos partidos fascistas europeus, tanto que diz respeito ao programa como por sua disciplina e organização. É reconhecido pela historiografia brasileira contemporânea como um germanófilo, admirador das propostas fascistas, anti-semita

³ Empregamos aqui o conceito de “rede” proposto por Franco Ramella para os estudos migratórios e que adaptamos, nesse caso, para os estudos das idéias políticas. Sobre o tema consultar Maria Bjerg e Hernán Otero, *Immigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires, CEMLA; IEHS, 1995.

na teoria e na prática.⁴ Francisco Campos defendia a idéia de que o seu ministério deveria orientar a educação através de serviços de radiodifusão e do cinema educativo. Neste momento, estavam sendo traçadas as linhas do futuro Ministério de Educação direcionadas à produção de uma cultura capaz de doutrinar as camadas populares.⁵ No entanto, esta proposta foi desviada para o Ministério da Justiça que, a partir de 1934, teve sob a sua tutela o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Ao colocar os meios de comunicação a serviço direto do Poder Executivo, incluindo o rádio e o cinema, Vargas – inspirado no recém-criado Ministério de Propaganda alemão – esvaziava o Ministério da Educação de seus ambiciosos objetivos. Estavam sendo lançadas as sementes do futuro DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, principal órgão de doutrinação e censura do Estado Novo.

Nesta mesma época, a partir de 1935, o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – braço repressor do Estado em nível federal, investia contra os comunistas que, cada vez mais, encontravam dificuldades para imprimir e colocar em circulação suas propostas revolucionárias. Ao contrário dos integralistas que, entre 1932 e 1937, mantiveram suas sedes e jornais, órgãos partidários da Ação Integralista Brasileira, propagando uma literatura de cunho fascista e anti-semita, sem qualquer censura. Por exemplo: em São Paulo circularam livremente o jornal *Ação Integralista* (1934-1936), as revistas *Panorama* e *Offensiva*, além de manuais da doutrina integralista e farta panfletagem.⁶

Desde que assumiu o poder em 1930 através de um golpe maquiado de revolução, Vargas dedicou-se a “fabricar” ilusões e a construir perigos políticos, reais e imaginários, de forma a garantir sua continuidade no poder. Permaneceu como chefe de Estado por 15 anos consecutivos e retornou em 1951, como presidente eleito democraticamente após o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1937-1946). Sua posição de ditador se fez acobertada pela imagem de “pai dos pobres” e de “trabalhador número 1” do Brasil que, no decorrer dos anos, somou-se à figura do “velhinho sorridente”. Podemos considerar que os propósitos idealizados pelo seu programa governamental surtiu efeitos, pois, ainda hoje, convivemos com mitos políticos que persistem no imaginário brasileiro. É o “legado de Vargas”, expressão que tem servido de referência para a grande imprensa detectar indícios de um autoritarismo herdado, camuflado nas entrelinhas da democracia.

Apesar do grande poder de persuasão, a propaganda sustentada pelo varguismo não conseguiu conter totalmente a produção da oposição, como também aconteceu nos países de regimes totalitários como o nazismo, o fascismo e o stalinismo.⁷ Os

⁴ Sobre a postura política de Francisco Campos ver Fábio Kofman. *Quixote nas Trevas. O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.

⁵ Simon Schwartzman e *alii*. São Paulo, Paz e Terra; Edusp, 1984, p. 87.

⁶ Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro. *Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

⁷ Concordamos com Maria Helena Capelato que, citando Roberto Romano, também considera que o conceito de totalitarismo não deve ser aplicado aos países americanos. Da mesma forma é discutível a aplicação deste conceito ao nazismo, fascismo e stalinismo que não conseguiram minar totalmente a oposição ao poder: “numa perspectiva ideal, o totalitarismo implica a união absoluta entre massas nacionais e Estado”. Maria



1 – *Hymno da Acção Integralista Brasileira*, com letra de Plínio Salgado. s.d. *Prontuário nº 40499*, v. 1.



2 – *Integralistas em Mogy das Cruzes, SP*. Fotografia apreendida pelo DEOPS em 17.08.1938, *Prontuário nº 40583*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

documentos identificados nos arquivos da Polícia Política brasileira demonstram que grupos de oposição e/ou de resistência ao fascismo conseguiram se organizar ainda que sistematicamente vigiados, punidos com prisão e atos de expulsão para o caso dos estrangeiros⁸. A idéia sustentada pelos órgãos de propaganda do Estado de que a sociedade brasileira era homogênea, harmônica e feliz não vingou, ainda que o discurso oficial assim a propagasse. Aliás, esta versão é comumente identificada nos discursos nazista e fascista em circulação no Brasil e outros países da América Latina, dentre os quais a Argentina. Segundo Maria Helena Capelato, imagens e símbolos comuns ao nazi-fascismo circulavam por várias sociedades, sendo “retrabalhados, mas utilizados na propaganda política com o mesmo fim: o de transmitir aos receptores das mensagens um conteúdo carregado de carga emotiva capaz de obter resposta no mesmo nível, ou seja, reações de consentimento e apoio ao poder”.⁹

Através da ação repressiva da Polícia Política, do monopólio dos meios de comunicação e da projeção de um programa de educação e cultura, Getúlio Vargas garantiu não apenas sua permanência no poder, como também projetou-se como “ator

Helena Capelato. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 31.

⁸ Mariana Cardoso Ribeiro, *Que Venha o Decreto de Expulsão*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH, USP, 2000.

⁹ Maria Helena Capelato, *ob. cit.*, p. 34.

público”, segundo conceito de Richard Sennett¹⁰ ou seja, produzia emoções coletivas. Tal fenômeno foi constatado no seu enterro em 24 de agosto de 1945, reafirmando os dizeres da Carta Testamento que selou seu ato de suicídio:

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”¹¹

Vargas simbolizava o poder em cena, como muito bem demonstram as fotografias editadas pelo DIP-Departamento de Imprensa e Propaganda criado em 1939, tendo Lourival Fontes como diretor.¹² À curto prazo, Getúlio Vargas procurou executar e aperfeiçoar o seu projeto de Estado inspirado nos paradigmas fascistas. Desde os primeiros anos de seu governo, procurou manter ao seu lado importantes juristas e intelectuais, a maioria identificada com o pensamento católico conservador e anti-comunista. Esta elite, com o olhar voltado para as novidades ditadas pelos regimes totalitários, atendeu ao chamado do Estado oferecendo-lhe seus conhecimentos em prol da causa nacional. Tanto na teoria como na prática, estes colaboracionistas não ocultaram seu fascínio pelo nazismo e pelo fascismo. Cumpre aqui citar o papel desempenhado por Francisco Campos, Filinto Müller, Lourival Fontes, Agamenon Magalhães, Gustavo Barroso, Oliveira Vianna, dentre outros germanófilos exacerbados. Consciente do poder de persuasão da imprensa, da rádiofusão e do cinema, Francisco Campos chegou a dizer, em 1940, que sequer era necessário “o contato com a multidão para se fazer presente em diferentes espaços”.¹³

A censura rigorosa e persistente cuidou de fazer vingar imagens idealizadas de Nação e de Salvador propagadas através de um conjunto de valores e símbolos. Forçando a auto-censura, os órgãos de controle do pensamento – o DIP e o DOPS – procuravam inibir qualquer tipo de manifestação espontânea e, principalmente aquelas que pudessem instigar o espírito crítico, ameaçador da homogeneidade e equilíbrio idealizados pelo regime. Os liberais despontavam como “negligentes” no cenário nacional; e, se estrangeiros, acumulavam estigmas como “indesejáveis” tendo em conta sua nacionalidade, raça ou religião. Citamos aqui o caso dos judeus imigrantes ou refugiados do nazi-fascismo que, entre 1937-1948, foram tratados como indesejáveis

¹⁰ Richard Sennett, “O homem como ator” in: *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.138. Este conceito de “ator público” é aplicado por Maria Helena Capelato em sua análise comparativa entre Perón e Vargas. Ver Maria Helena Capelato, *ob.cit.*, pp. 37-39.

¹¹ Fragmento da *Carta Testamento* escrita por Getúlio Vargas horas antes de seu suicídio. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954.

¹² Um projeto de pesquisa com estas fotografias e matérias produzidas pela Agência Nacional do DEIP- (extensão do DIP, em nível estadual) está sendo desenvolvido por Boris Kossoy, coordenador de Iconografia do Projeto Temático/Fapesp “Arquivos da Repressão e da Resistência: mapeamento e análise do Fundo DEOPS/Sp e DEIP/SP, 1924-1983”, junto ao PROIN-Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/Universidade de São Paulo.

¹³ Francisco Campos. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.

por serem classificados como da “raça semita” e, com tendências para o comunismo e ações de desordem política.¹⁴

Para o Estado, a sociedade emergia como uma grande massa a ser modelada, sensível às mensagens propagadas em nome de uma nova ordem, da segurança nacional, da moral católica e da paz social. As mensagens veiculadas pela propaganda oficial geralmente nutriam um sentimento de fragilidade em alguns segmentos da população instigados a se sentirem incapazes de solucionar os problemas sociais. A persistência deste discurso favoreceu o fortalecimento de um Estado interventor identificado com a figura de Vargas, cujo perfil de líder carismático se sobrepunha à imagem do ditador. Esta forma de representação se fazia reforçada pela fotografia, pelos cinejornais, por panfletos comemorativos, pela música popular e pelos programas radiofônicos, dentre os quais a “Hora do Brasil”, reavivado pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.¹⁵

As imagens de caos, crise econômica, desordem pública, imoralidade e violência eram constantemente atribuídas ao liberalismo, criticado pela extrema-direita



representada no poder, como o responsável pelo caos instalado pela “velha República”. Tal expressão tornou-se comum nas publicações apologéticas editadas pelos órgãos de propaganda do Estado ou de autoria de intelectuais colaboracionistas do autoritarismo sustentado pelo governo Vargas. A ideia de governo “revolucionário” – transformador e destruidor da velha ordem – e o culto da personalidade são elementos presentes na construção do mito do Salvador, conceito amplamente analisado por Raoul Giradet em *Mitos e Mitologias Políticas*.¹⁶

No sentido contrário, os discursos da oposição acusavam de “fascista” e “torturador” o novo Estado criado por Vargas. Nos impressos dos “rebelde” – no caso, os comunistas, socialistas e anarquistas – tornaram-se comuns as metáforas e analogias a Vargas representado como um “lobo com pele de cordeiro”. Para este caso, se fez expressiva a farta produção de panfletos e

3 – “Contra o decreto fascista de oficialização sindical”. Panfleto confiscado pela Polícia Política e anexado ao *Prontuário nº 1110*, Vol. 1. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁴ Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. 3.ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2001; *O Veneno da Serpente*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

¹⁵ Elias Thomé Saliba. *Razes do Riso. A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Sobre os cine-documentários cito a dissertação de Rodrigo Archangelo, – *Um bandeirante nas telas de São Paulo. O discurso Adhemarista em cinejornais (1946-1956)*, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH. Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁶ Raoul Giradet. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

livros confiscados como “subversivos” pela Polícia Política do Estado de São Paulo.¹⁷ Enfim, símbolos e mitos foram acionados por ambos os lados que, valendo-se da persuasão e da sedução, geravam visões de mundo antagônicas, ainda que formuladas com representações semelhantes.¹⁸ As metáforas empregadas para definir o “inimigo político” muitas vezes coincidiam, pois ambos se atacavam como “indesejáveis” e se auto-definiam como “justiceiros” e “revolucionários” dedicados a instaurar uma nova ordem. Interferindo no imaginário social estas visões geravam posturas que variavam do conformismo à rebeldia.

Exemplos de conformismo e exaltação a figura de Vargas podem ser identificados nas fotografias características do “poder em cena” representado nas imagens comemorativas do *Dia do Trabalho* (Primeiro de Maio) e do *Dia da Pátria e da Raça* (Sete de Setembro). Neste contexto transitavam Getúlio Vargas – gerenciador e promotor de um Estado forte – e o “novo homem” brasileiro, identificado pela historiadora Ângela Castro Gomes como o “cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional”.¹⁹ Se ausente das comemorações, a figura de Vargas se fazia simbólica, homenageado por todo o território nacional.



4 – Homenagem à Getúlio Vargas pelos trabalhadores da Indústria Antártica. São Paulo, 19.04.44. Fundo DEIP/SP. APESP.

A panfletagem salvacionista

A idéia de consenso social foi constantemente empregada pelo Estado nacional brasileiro que desde o início da era republicana, investiu contra as discordâncias, agindo com violência e arbítrio. Com o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891 e a suspensão da liberdade de imprensa, fortalecia a idéia de consenso nacional que, ao longo de décadas, assumiria a força de mito. Sem conseguir se desvencilhar das mazelas do passado colonial, a República apresentou-se em nome da modernidade e dos ideais da civilização. Cabe lembrar que as elites políticas se reestruturaram sem se desprender das suas tradicionais bases agrárias, fontes para seus recursos políticos e sociais. Assumiram o papel de “elites modernas” aproveitando-se da não-interferência das massas urbanas que, neste primeiro momento, estavam afastadas das propostas revolucionárias do liberalismo.

¹⁷ Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. 2.^a ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

¹⁸ Sobre esta questão ver Elias Cannetti. *A Consciência das Palavras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁹ Ângela de Castro Gomes. “O redescobrimento do Brasil” in: *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 143.

Ao longo do século XX é possível perceber como o Estado foi forjando um sentimento de identidade nacional brasileira ao apelar para a imagem de um Brasil multiracial, aberto a todas as etnias “independente da religião, raça e nacionalidade”. E os impressos oficiais – pensando aqui nos álbuns comemorativos, nas revistas ilustradas, nos jornais da grande imprensa, nos panfletos políticos e nas obras de renomados intelectuais dedicados a pensar soluções para os “males da nação” – cumpriram um importante papel ao reafirmarem o sistema de dominação amordaçando aqueles que “eram do contra”. Adotaram *procedimentos de exclusão*, sendo a *interdição* o mais evidente e comum. Apesar das leis de censura e de expulsão, os discursos “subversivos conseguiram circular na clandestinidade, registrando a “aparição de novas formas na vontade de verdade”, retomando aqui Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*.²⁰

Portanto, o consenso não era assim tão uniforme ainda que este tenha sido o tom do discurso oficial ao longo de décadas. A análise destes registros permitem, se avaliados em um tempo de longa duração, uma reflexão sobre as rupturas e as permanências. Nas décadas de 1930-1940 não podemos negligenciar a figura de Vargas que, além de articulador político hábil em “construir” consensos e harmonizar interesses, era também um líder autoritário, assim como o definiu Eli Diniz: “...maquiavélico, especialista na arte de dissimular, de esconder suas reais intenções e manipular as situações a seu favor, enfim, um mestre no emprego da astúcia e da força ao sabor de suas conveniências políticas”.²¹

Tornou-se comum nos panfletos oficiais o apelo ao simbolismo católico com o objetivo de cooptar as massas para a nova ordem instituída pelo golpe de 1930. Analisando uma amostragem dos impressos produzidos pelos partidos da situação, colaboracionistas do Estado varguista, é possível constatar as apropriações do discurso católico e de ícones populares presentes no imaginário coletivo como por exemplo, da figura da Virgem Maria-mãe, do herói das selvas, do bandeirante desbravador e do pai de família, incansável trabalhador.

Representativo é o panfleto “Festa da Mãe Preta”, datado de 31 de dezembro de 1949, ilustrado com as fotografias do Dr. Ademar Pereira de Barros, governador do Estado de São Paulo, e de Nestor Macedo, Representante da “Ala Negra Progressista”, dois ícones da coligação entre o Partido Social Progressista e o Partido Trabalhista Brasileiro, nos anos de 1951. Nestor Macedo atuava como o organizador destas “festas-comícios” direcionadas para a comunidade afro-brasileira e para a propaganda política de alguns candidatos seletos²². Este impresso reifica o papel dos políticos em ação entre 1930-1954 perpassando pela glorificação de feitos heróicos. Convidava o povo em geral para homenagear o Dr. Ademar de Barros, o Professor Lino de Mattos, o Coronel Ribamar e os gloriosos paraquedistas da Força Pública de São Paulo, “que tão bem houveram na arrancada humanitária contra as selvas bravias!”. Entre fogos de artifício,

²⁰ Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo, Edições Loyola, 1996, pp. 17-18.

²¹ Eli Diniz, “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais” in: Dulce Pandorfi (org.), *ob. cit.*, p. 21.

²² “Mãe Preta”. Panfleto do Partido Social Progressista, São Paulo, dezembro de 1949. *Prontuário n.º 101.018*; “Alerta 2 de setembro”, Panfleto produzido pela Ala Negra Progressista. São Paulo, setembro de 1951. *Prontuário n.º 101.018*. DEOPS/SP. APESP.

danças caipira e churrasco de vitela, Lino de Mattos seria aclamado o HERÓI DAS SELVAS, configurando a construção da imagem do salvador. As fotografias de Adhemar, apresentado como a “esperança do povo do Brasil” e de Nestor Macedo, “soldado adhemarista” e representante da Sociedade Ala Negra Adhemarista, funcionam como elo de ligação entre o poder e a comunidade negra, carente de representatividade política. Este processo de heroização completa-se com a nomeação de Nestor Macedo como “rei popular das organizações” da GRANDIOSAS FESTAS DA CHITA” animadas graças a CARAVANA DE SOLIDARIEDADE HUMANA”.²³

Segundo alguns panfletos distribuídos em nome do governo do Estado de São Paulo com o apoio da Ala Negra Progressista, as “festas da Mãe Preta” seriam organizadas para homenagear o ilustre governador Ademar de Barros [e não Mãe Preta] elogiado por seu dinamismo e por sua ação “intrépida de novo Bandeirante”. Antecede esta nomeação um falso discurso composto para sensibilizar a população negra, público-alvo das propostas populistas. Enquanto uma “divina mulher”, a Mãe Preta “possue algo de Maia Santíssima” e tem muito de “anjo ternura” e da “bravura de uma leão”.²⁴

Na categoria dos panfletos oficiais – ainda que raros nos arquivos da Polícia Política – identificamos os seguintes estilos²⁵:

- os constitucionais: dedicados a informar a população sobre os atos do Estado cuja intervenção vem sempre mascarada pelo slogan “a bem do serviço público”. Era comum a transcrição na íntegra de decretos-lei como, por exemplo, o Decreto



5 – Panfleto exaltando a caravana de solidariedade humana, anexado ao *Prontuário nº 101018*. São Paulo, dec. 30. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²³ “Grandiosas Festas da Chita”. Panfleto produzido pelo Grupo Progressista Adhemarista, São Paulo, junho de 1952. *Prontuário n.º 101.018*. DEOPS/SP. APESP.

²⁴ “Brasileiros, alerta. Festa da Mãe Preta”, Panfleto produzido pela Ala Negra Progressista, São Paulo, janeiro de 1949, *Prontuário n.º 101018*. DEOPS/SP. APESP.

²⁵ Importante lembrar que a maioria dos panfletos selecionados pelos pesquisadores do PROIN, são impressos que circulavam na clandestinidade e que haviam sido confiscados por representarem um perigo à ordem instituída. No caso de encontrarmos panfletos oficiais anexados aos prontuários temos que avaliar em que condições ele foi parar naquele processo. Geralmente foram encaminhados pelos próprios produtores às autoridades policiais com o propósito de obter autorização para a realização de uma festa ou homenagem públicas.



6 – Panfleto comemorativo do aniversário de Getúlio Vargas. Cruzeiro, abril de 1941. Fundo DEIP. APESP.



7 – Panfleto “Eis os Princípios”. Liga Anti-comunista, s/d. Fundo DEOPS. APESP.

Federal nº 6.455 que reconhecia a Associação Paulista de Imprensa como sendo de utilidade pública.²⁶

- comemorativos: editados com o objetivo de cooptar e/ou aliciar determinados segmentos da população, como por exemplo, os jovens e as camadas pobres e negras excluídas por sua identidade étnica e/ou política. Além destes temos os panfletos em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas cujas matrizes eram produzidas pelo DEIP- Departamento Estadual de Propaganda.
- combativos: de luta contra o comunismo, apresentado como *inimigo nº 1* da Nação brasileira, ou contra outros “perigos” reais ou imaginários. Preocupado com a penetração que a ANL vinha alcançando junto ao operariado, o Estado varguista aliado aos grupos de direita resolveu adotar medidas profiláticas de combate ao comunismo. Valendo-se da mesmas táticas de propaganda que seus “inimigos negros e vermelhos”, articulou uma contra-propaganda com o objetivo de alertar “os menos avisados” do perigo que os rondava. Nada mais eficiente do que produzir panfletos assinados ou anônimos com mensagens anti-comunistas que, agilmente, circulassem nos meios operários e estudantis. Neste “padrão” de discurso classificamos o panfleto “Como evitar esta tragédia”, produzido

²⁶ “Associação Paulista de Imprensa”. Comunicado da A.P.I., São Paulo, 20 de maio de 1934, *Prontuário* n.º 35603. DEOPS/SP. APESP.

pela Liga Anti-comunista, segmento da extrema-direita atuante em São Paulo na década de 1930.²⁷

A propaganda da oposição

Treinados para identificar *indícios de desordem*, os “homens do DEOPS” tinham plena consciência do material que deveriam procurar, identificar, confiscar e tirar de circulação²⁸. A apreensão de impressos ditos “perigosos a ordem instituída” e a sistemática prisão de seus produtores e impressores deve ser avaliada como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites dominantes. A partir do momento em que o Estado criou um órgão dedicado a reprimir idéias sediciosas, caçar a palavra impressa e penalizar seus mentores, anulava-se a noção de sociedade civil. Para as autoridades da repressão, o “produtor de um jornal” era apenas o outro, elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado. Como consequência temos o retorno da razão do Estado que, em nome da segurança pública e bem estar da nação, pode colocar fim no Estado de direito.

Ao mesmo tempo em que as autoridades policiais transformaram os impressos em provas do crime político, elas também preservaram, por ironia do destino, a memória da intolerância. Os periódicos estrangeiros confiscados, por exemplo, permitem – tanto para nós historiadores como para a Polícia Política – desvendar a trama de relações que persistiam entre as várias comunidades étnicas, nacionais e políticas radicadas na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Esta documentação retira do anonimato os “agentes da subversão” expondo suas matrizes ideológicas (anarquista, anarco-sindicalista, comunista, sionista, nazista, fascista e/ou anti-fascista). Os impressos, de uma forma geral, davam visibilidade às ações e representações coletivas expressando fragmentos dispersos da cultura política brasileira.

A linguagem inflamatória e convocatório dos impressos anunciavam logo seu propósito: conscientizar seu público-alvo das mazelas do Estado e da Igreja Católica, dos abusos dos patrões burgueses, dos interesses do imperialismo estrangeiro. Como vivemos numa sociedade de subversão de valores, tais “chamadas” se prestavam para expressar os desejos daqueles cidadãos (brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil) que estavam insatisfeitos com a realidade social. Percebemos – ao analisar a linguagem adotada pelos grupos de resistência ao Estado republicano ou a ditadura varguista – que os seus produtores pretendiam dilatar sua esfera pessoal ou coletivo (espaço vital) conquistando *objetos e status* que pertenciam a esfera do Outro. Alguém era sempre culpado pela miséria e pelo atraso vivenciado pelo homem negro, pela mulher ou pelo trabalhador nacional que, asfixiados pelos patrões ou pelo Estado interventor, não conseguiam alcançar a felicidade plena²⁹. A felicidade, no entanto, deverá ser

²⁷ Panfleto “Como evitar esta tragédia”, São Paulo, Liga Anti-comunista, s.d., *Prontuário n.º 2239*; Fundo DEOPS/SP.APEP.

²⁸ Ver Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Idéias Malditas. O Deops e as Minorias Silenciadas*. 2.ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

²⁹ Para os casos dos regimes totalitários e autoritários pode-se aplicar o conceito de inimigo-objetivo desenvolvido por Hannah Arendt em *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo, Lisboa, Publicações

“conquistada” através do esforço coletivo, idéia alimentada por um *sistema de motivações* a ser elaborado (e colocado em prática) pelos líderes comunitários³⁰. Daí encontrarmos nos jornais e panfletos, uma série de convocatórias para encontros políticos disfarçados no “formato” de piqueniques, peças teatrais, churrascos, shows musicais, cerimônias religiosas e quermesses animadas por bandas comunitárias, sorteios de rifas, jogos de tômbola e futebol³¹.

Temos que considerar que a propaganda política, em qualquer esfera de circulação, alimenta a imagem de um mundo fictício capaz de competir com o mundo real. O caos, a desordem, a miséria, a fome, a exclusão e a injustiça social serão, segundo as mensagens sedutoras, superadas pela revolução que promete paz, felicidade, igualdade social etc. O mundo fictício – proposto pelos revolucionários de esquerda, por exemplo – distingue-se daquele idealizado pelos nazi-fascistas ao criticar o acúmulo da força, o abuso do poder e o uso da violência. No entanto, isto não os impede de, no futuro, ocuparem o lugar do Outro e se transformarem em “ditadores obstinados”.³²

Por que o panfleto foi amplamente utilizado pelos grupos da oposição? Acreditamos que – além de ser impresso em papel – é fácil de manusear, guardar, esconder ou eliminar. É de baixo custo e pode transmitir rapidamente uma mensagem para um grande público. Pode ser mimeografado ou impresso, com ou sem imagem, instigando o leitor a pensar, discutir e agir na vida prática, diária. Tem o poder de alterar a realidade ou reforçar o *status quo* colaborando para a mobilização ou a persistência da inércia, entenda-se aqui apatia ou conformismo. Folheto não tem capa (cobertura dura) e nem encadernação. Na sua maioria são confeccionados em uma única folha de papel cortada ou dobrada pela metade, em terços ou em quartos. Pelo seu formato “portátil”, o folheto tornou-se um importante instrumento de propaganda política favorecendo a circulação da crítica e do protesto proibido. Diferente do livro, o panfleto não para em pé: deve ser lido rapidamente e, se guardado, deve ser “enrolado”, “dobrado” ou “mantido na horizontal”. Por esta característica particular favorece as ações políticas clandestinas, proibidas, revolucionárias.

Folheto de uma única página, o panfleto é chamado “*voador*” ou “*relâmpago*”: anuncia, convoca e promete felicidade em troca da adesão. Um panfleto político *voador* é, quase sempre, portador de uma mensagem relâmpago que, por sua natureza instintiva, deve causar impacto e mobilizar as massas. Confeccionado em uma única folha de papel, tem o poder de convocação, de chamada, de denúncia ou de alerta. Ao mesmo tempo é coletivo e introspectivo favorecendo a inserção social de certas individualidades, pois os textos e as imagens traduzem particularidades das visões de mundo

Dom Quixote, 1978.

³⁰ Este conceito é amplamente desenvolvido por Abraham Moles em *O Cartaz*. Trad. De Miriam Garcia Mendes. São Paulo, Perspectiva; Edusp, 1974 (Coleção Debates, 74).

³¹ Estes eventos (libertários) foram analisados, de forma mais detalhada, no estudo desenvolvido por Raquel de Azevedo, *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade, 1927-1937*. São Paulo, Imprensa oficial; Arquivo do Estado, 2000 (Coleção Teses & Monografias). Um contraponto pode ser feita com o trabalho de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A Vida Fora das Fábricas. O Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

³² Hannah Arendt, *ob. cit.*, pp. 454-457.

do autor do panfleto, além de refletir perspectivas coletivas e político-partidárias³³. Enquanto impressos volantes têm vida cíclica pressupondo distintas fases que vão da sua criação à morte para depois renascer graças à revitalização das idéias. Retomo aqui a epígrafe do livro de Domingos Braz: *Morrem os Homens...mas a idéia fica!*.³⁴

Multiplificado aos milhares, passa de mão em mão, sendo distribuído nas praças, nas ruas ou em ambientes fechados. Colados nos postes, nos muros, nas portas ou nas paredes chamam a atenção do público-alvo que, movido por algum interesse, pára para ler ou arrancá-lo, num ato de repúdio ou conivência. Uns carecem de criatividade; outros brilham por serem irreverentes e por estarem “fora da ordem”. Enquanto instrumento de propaganda política são seculares e universais; e enquanto registro ideológico são temporais, expressão de um momento específico da história do país.

Valendo-se de um pequeno texto construído em tom convocatório, os panfletos da oposição raramente usam a imagem. Favorecendo a leitura dinâmica, convocam o indivíduo à rebelião procurando quebrar a apatia, cristalizada pelo discurso oficial. Com frases curtas compostas com palavras emprestadas do linguajar popular, denunciavam as injustiças da Justiça brasileira dedicada, em vários momentos, a calar a voz dos rebeldes. Abriram espaço para a ação dos grupos de resistência ao autoritarismo rompendo com os preconceitos de cor, gênero, classe e religião. Mobilizaram – numa frente única em prol dos direitos humanos – estudantes, operários, intelectuais, artistas plásticos, músicos, caricaturistas e editores, homens e mulheres. Denunciaram a podridão das prisões brasileiras, a inadimplência das autoridades policiais, a desobediência as leis trabalhistas, a expulsão de estrangeiros e a censura oficial.

Parte desta memória pode ser reconstituída através dos jornais, panfletos e livros confiscados pela Polícia Política de São Paulo que, no seu conjunto, se prestam



8 – *Dos meus momentos de lazer...* Livreto confiscado de Domingos Braz. *Prontuário nº 493*, vol. 2. Fundo DEOPS/SP. APESP.

³³ Endossamos aqui as categorias sugeridas por Lincoln de Abreu Penna que classifica os panfletos em três modalidades principais: “os que retratam *perspectivas coletivas*, próprias dos movimentos sociais; os que refletem *perspectivas políticos-partidárias*; e, os que *traduzem visões de mundo de indivíduos* que se batem e prol de bandeiras com as quais sinalizam a inserção social de suas individualidades. Lincoln de Abreu Penna, *ob. cit.*, p. 84.

³⁴ Domingos Braz, *Dos Meus Momentos de Lazer: Morrem os Homens...Mas a Idéia Fica!*, s.d. Anexado ao *Pront. n.º 493*, de Domingos Braz, Vol. 2. DEOPS/SP. APESP. Sobre livros confiscados ver Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros Proibidos, Idéias Malditas*, 2.^a ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

Nas prisões infectas da Rua dos Gusmões apodrecem operários pelo crime de quererem a emancipação dos trabalhadores
O proletariado se agita com indignação contra as violências policiais



O regime semi-fascista em que vivemos prende, deporta e atira à justiça os presos sociais. O regime "integralista" aspira redobrar essas violências, matando e torturando inquisitorialmente os seus adversários.

9 – “Violência policial”. Ilustração publicada no jornal *A Plebe*, novembro de 1934. *Prontuário nº 3653*, de Justiniano Pereira Bispo. Fundo DEOPS/SP. APESP.

elementos para reconstituir como se processavam e circulavam as informações proibidas pela censura entre os grupos da oposição.

Identificando os caminhos trilhados por estes panfletos – do porto para a cidade, da capital para o interior ou da cidade para o campo – estaremos pontuando os espaços e as comunidades de leitores distintas por sua identidade étnica, nacional ou ideológica. Enquanto impressos convocatórios para a ação revolucionária, os panfletos invadiram [clandestinamente] as residências onde foram lidos por todas as classes, sem exceção: leitores curiosos, leitores pervertidos, leitores malditos. Aliás, é raro quem não tenha experimentado, um dia, o sabor de uma leitura proibida! Seguindo os trilhos de ferro, a “panfletagem subversiva” foi levada, às escondidas, até as cidadezinhas do interior incomodando o sossego das elites regionais, adeptas do coronelismo. Incomodaram, certamente, empresários, políticos, coronéis e fazendeiros acostumados ao mando, por tradição.

Discursos anarquistas, comunistas, socialistas e anti-fascistas foram lidos, ainda que rapidamente, pelos pacatos (mas nem tanto) habitantes de Taquaritinga, São José do Rio Preto, Bauru, Taubaté, Catanduva, Pindorama, Jundiá, apenas para citar algumas do interior do Estado de São Paulo.³⁶ Cumprindo com os seus objetivos – de gerar

como mostruário dos diferentes segmentos políticos que atuaram no Brasil entre 1924-1983³⁵. Se cruzados com os registros policiais, estes periódicos nos oferecem a oportunidade de reconstituir as estratégias de ação dos grupos da resistência e a lógica que regia o aparato repressivo estatal. Nos permitem também repensar: o papel do Estado republicano que, ao longo da sua trajetória, amordaçou os grupos produtores de uma cultura política, assim como atrofiou o processo de conscientização política nacional. Anexados aos prontuários pessoais e institucionais que compõem o Fundo DEOPS sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, estes impressos revelam o fantástico universo da palavra e da imagem impressas na clandestinidade. Improvisados, muitas vezes, em gráficas clandestinas, esses impressos mal chegaram até o seu público-alvo sendo desviados para os arquivos policiais. Hoje, nos oferecem

³⁵ Ver o primeiro volume desta coleção: *Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*, organizadores Boris Kossov e Maria Luiza Tucci Carneiro, São Paulo, Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2004.

³⁶ Ver Série *Inventários Deops*, organizados por Maria Luiza Tucci Carneiro publicados, numa primeira fase, pela Imprensa Oficial e, a partir de 2005, pela Associação Editorial Humanitas. Autores e títulos citados no final deste livro.

impacto imediato e irradiar conteúdos ideológicos – os panfletos refletem perspectivas políticas partidárias, além de traduzir visões de mundo individualizadas. Sem respeitar porteiros, mata-burros, pastos e córregos, os panfletos sediciosos produzidos no século XX invadiram as fábricas e as fazendas como se fossem pragas incontroláveis. Se para os fazendeiros, os jornais e os panfletos eram “ervas daninhas”, para os partidos políticos eles funcionavam como “adubos para fazer a revolução crescer”. Mas, os impressos produzidos pelos militantes de esquerda não estavam sozinhos nesta cruzada política. Os periódicos e panfletos integralistas assim como aqueles produzidos por organizações católicas e anti-fascistas, também procuravam garantir suas praças de leitores dispostos a empunhar a bandeira em nome de *Deus, Pátria e Família*. Livres de qualquer suspeita, estes impressos circulavam garantidos pelo poder local (conservador e católico, por tradição) dedicados a enfrentar o Anti-Cristo, personagem simbólico identificado com os males da modernidade: liberalismo, maçonaria, judaísmo e comunismo³⁷.

Para a Polícia Política, o “perigo” não estava em quem vestia camisa verde ou batina preta, e sim naqueles que portavam bandeira vermelha, a foice, o martelo ou enxada. Assim, até o final do Estado Novo, imperou o “abaixo a toda e qualquer manifestação anti-clerical”, postura radical sustentada tanto pelos anarquistas como os comunistas, em geral. Foram incluídos nesta onda de repressão os panfletos produzidos pelos “hereges da Fé” – os “Quebra-Santos” – que perturbavam o culto da religião católica.³⁸

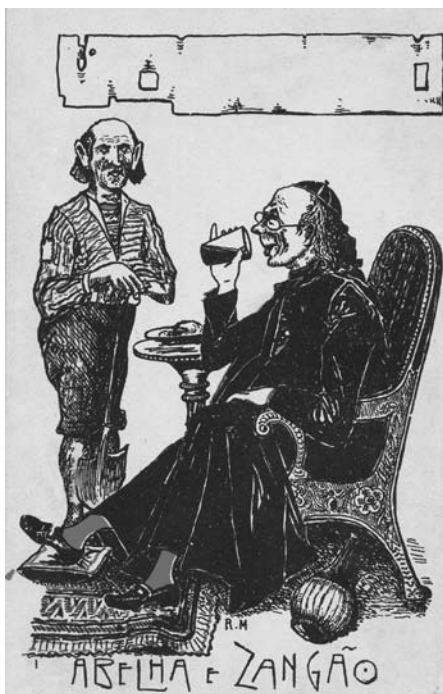
Cada impresso, enfim, nos oferece múltiplas possibilidades de investigação. A medida em que conseguirmos identificá-los e agrupá-los segundo categorias distintas, chegaremos a centenas de “aldeias políticas”. Uma vez digitalizadas em banco de dados, as informações nos permitem análises comparativa e diacrônica, microsociais e nominativa. Com a incorporação de impressos inéditos poderemos estabelecer seqüências temporais e definir, com exatidão, as áreas produtoras dos impressos delimitadas pelos itinerários e circularidades da repressão. Assim, poderemos situar – em outra dimensão – a história do impresso no Brasil tendo em vista a “revolução anunciada”,



10 – *Contra o “Vale” e o “Barracão”*. Panfleto produzido pela Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, 30 de outubro de 1946. *Prontuário nº 6585*. Fundo DEOPS/SP.

³⁷ Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Veneno da Serpente. Questões acerca do anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Kronos; Rodrigo Patto Sá Motta. *Em Alerta Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

³⁸ *Pront. n.º 43.707, Sociedade Torre de Vigia*. DEOPS/SP. AESP. Cf. Inventário de Eduardo Góes de Castro. Os “Quebra-Santos”. *Repressão ao Anti-Clericalismo no Brasil República (1924-1945)*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2007 [Inventário DEOPS, 14].



11 – *Abelha e Zangão* [rubrica R.M]. Postal anti-clerical confiscado de Kalkyria Naked em 1936. *Prontuário nº 2844*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

produtores (impressores e distribuidores) deve ser avaliada como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites políticas. Daí considerarmos esta “literatura” como efêmera, dada a sua curta trajetória enquanto meio genuíno de comunicação de massas. Para as autoridades dominantes, um “produtor de panfleto” era apenas o elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado⁴¹. As fotografias dos impressos confiscados anexadas aos prontuários policiais atestam que as autoridades, além de identificar o cidadão-suspeito, também se preocupavam em comprovar o crime político. As imagens registradas pelo Laboratório Técnico do Gabinete de Investigações assim como os impressos apreendidos como “revolucionários”, nos permitem reconstituir os limites entre dois mundos distintos: o da legalidade e da ilegalidade.

Cabia às autoridades policiais desvendar os segredos daqueles que como “arquitetos de um complô secreto internacional” se dedicavam a minar a ordem estabelecida. Competia ao investigador do “Serviço Secreto” e ao fotógrafo policial, ligado ao Gabinete de

recorrendo aqui a uma expressão empregada por Roger Chartier³⁹. Ainda que limitado e descontínuo, chegaremos ao mundo fechado das letras subversivas.

Editados em português, na sua maioria, os panfletos expressam as plataformas políticas dos mais distintos grupos sociais. Serviam como provas comprometedoras do crime político, de acordo com a lógica da desconfiança adotada pelas autoridades policiais cientes do poder das palavras de ordem. Um *slogan* ou uma imagem eram suficientes para transformar aquelas páginas de papel em manuais de revolução. Sobre os produtores – interpretados como mentores intelectuais do crime político – recaía a culpa pela infração: eles haviam ultrapassado os limites do permitido. Se reincidentes transformavam-se em “refêns do seu próprio passado”, distinção formal decorrente do *estigma da criminalização*, do *labelling approach* ou teoria do etiquetamento.⁴⁰

A apreensão dos panfletos ditos perigosos, o registro fotográfico dos documentos confiscados e a sistemática prisão de seus

³⁹ Roger Chartier. *A Ordem dos Livros*. Brasília, EunB, 1999, p. 97.

⁴⁰ Sobre esta questão ver Francisco Brissoli Filho, *Estigmas da Criminalização: dos Antecedentes à Reincidência Criminal*. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1998.

⁴¹ Olgária Chain Féres Matos, “Espaço público e tolerância política” in: Wander Melo Miranda, *Narrativas da Modernidade* (org.), Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 343.

Investigações, o reconhecimento dos *espaços da sedição* com o objetivo de identificar e comprovar as táticas adotadas pelos “subversivos da ordem”. Um minucioso “relatório de investigações”, acompanhado dos “autos de busca e apreensão” se prestavam para explicar as razões da investida, relacionar e identificar as provas do crime. A fotografia completava a descrição dando à narrativa uma imagem visual. Este raciocínio justifica o grande número de fotografias anexadas aos autos policiais que, enquanto *documento-verdade*, se prestavam para “editar” o conceito de crime contra o Estado. Se avaliados no seu conjunto, levando-se em consideração a forma como se encontram dispostos dentro de um prontuário, estes documentos (escritos e iconográficos, policiais ou confiscados) expressam o raciocínio das autoridades policiais dedicadas a “construir” a sua versão acerca do agente do delito.⁴²

Raros foram os momentos em que a sociedade brasileira como um todo vivenciou momentos de total liberdade. Os relatórios de investigação e os autos de busca e apreensão demonstram que, na maioria das vezes, o julgamento das autoridades policiais se faziam baseada em suposições. Estas – orientadas pela lógica da desconfiança e valores preconceituosos – procuravam purificar a sociedade das idéias incômodas. A “pena dos escribas” e a “palavra dos revolucionários” assumiram, no julgamento dos ordenadores, um poder igualável ao fogo. Certas doutrinas foram classificadas de incendiárias; seus princípios tachados de inflamáveis (desorganizadores e dissociáveis); e seus editores transformados em destruidores da ordem, da tranquilidade e da união nacionais.

Uma nova linguagem tomou conta de ambos os discursos – do ordenador e do revolucionário – sendo que este último levava a pecha de “desordenador da ordem pública”. Os panfletos, geralmente desafiavam os estatutos da ordem funcionando como uma espécie de prolongamento da ação subversiva. E como sempre, desordem requer controle; controle atrai censura que, por sua vez, culmina com repressão física e simbólica. O círculo é vicioso e, como todo vício, atrofia o exercício da cidadania.



12 – Material de propaganda comunista apreendida pelo DEOPS. São Paulo, 19 de maio de 1936. Prontuário. nº 2259, Typographia Communista. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Uma solução totalitária

Uma questão que intriga os pesquisadores que lidam com os arquivos da repressão e da resistência diz respeito à “morte do documento”: que fim tiveram os impressos confiscados enquanto prova do crime político e, entre eles, milhares de panfletos? Através das fotografias produzidas pelo Laboratório Técnico do Gabinete de Investigações,

⁴² Ver Boris Kossoy. *Fotografia e História*, 2ed. Revista. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001; *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999; *Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007.

responsável pelo registro das buscas e confiscos, é possível visualizarmos o volume do material apreendido durante um auto de busca e apreensão. Os impressos – selecionados segundo seu conteúdo revolucionário – eram expostos de forma a compor um cenário espetacular, capaz de expressar a “veracidade dos fatos” e a “dimensão do perigo”. Livros, Panfletos, manifestos, boletins, circulares e jornais eram arrumados sobre móveis velhos e caixotes tendo ao lado, quando possível, o maquinário utilizado para a impressão. Estandartes coloridos, álbuns de fotografias, medalhas de honra militar, mapas e diplomas em língua estrangeira complementavam a amostragem selecionada segundo critérios policiaiscos.

Documentários cinematográficos sobre a periculosidade dos impressos sediciosos chegaram a ser produzidos pelo DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, com a finalidade de serem exibidos ao grande público brasileiro. Alguns títulos do CineJornal Brasileiro produzidos pelo DIP se prestam para ilustrar a ação preventiva e punitiva do governo de Getúlio Vargas: “Defesa nacional: as polícias do Rio e São Paulo”; “Defesa Nacional-São Paulo; a Polícia anula a ação do Eixo”; “Exposição do Estado Nacional”.⁴³

A imagem que persiste é a de uma nação forte que, através do seu braço repressor – a Polícia Política se defende de perigos multifacetados. Como partidários do proibicionismo, as autoridades policiais procuravam hierarquizar as idéias submetendo-as diariamente a um processo seletivo com o objetivo de “purificar” a sociedade. Diabolizados em momentos distintos, o comunismo e o nazismo foram “materializados” através dos objetos e impressos apreendidos, simbolizando a ação purificadora das autoridades oficiais. Na telinha do cinema, em horários nobres, o poder entrava em cena exibindo suas virtudes salvacionistas. Cada imagem – congelada pela foto fotografia ou em movimento pela técnica cinematográfica – se prestava para alimentar mitos políticos, dentre os quais o do complô comunista internacional.⁴⁴

Apesar de todo este espetáculo direcionado para as maiorias silenciadas, raros são os registros que ilustram a eliminação do impresso sedicioso, entre os quais os panfletos subversivos. No entanto, a somatória de algumas informações nos permite afirmar que o material apreendido pelo DEOPS teve uma solução final: após a seleção “criteriosa”, um exemplar era anexado aos autos como prova do delito político e as cópias (se localizadas) retiradas de circulação e guardadas na sala de Depósito do Material do Deops/SP. Em São Paulo, este local ocupava o espaço onde funcionava a seção de “Bagagem” da antiga Estação Sorocabana.⁴⁵

⁴³ Defesa nacional: as polícias do Rio e São Paulo”, CJB, v.2, n.117; “Defesa Nacional-São Paulo; a Polícia anula a ação do Eixo”, CJB, v.2, n.º 119; “Exposição do Estado Nacional”, CJB, v.1, n.º 11. *Catálogo da Cinemateca Brasileira*, São Paulo. Cf. pesquisa realizada por Rodrigo Archangelo, PROIN, 2003.

⁴⁴ Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Rodrigo Patto Sá Mota, “O mito da conspiração judaico-comunista” in: *Revista de História*, FFLCH-USP, Departamento de História (138), 1998, pp. 93-106; Taciana Wiazowski, *Bolchevismo & Judaísmo: A Esquerda Judaica Sob a Vigilância do Deops*. Inventário Deops: Módulo VI- Comunistas, São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001; “O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade” in: Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*, São Paulo, Edusp;Fapesp, 2002, pp. 265-306.

⁴⁵ *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material Existente no Depósito de Material Apreendido*. Departamento de Ordem Política, Deops/SP. APESP.

Por volta de junho de 1957, foi feito um levantamento do material existente no depósito do DEOPS com o objetivo de solicitar autorização para “industrializar ou incinerar” os impressos apreendidos. Registrado no processo n. 15.688 pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o pedido foi justificado como uma “medida profilática”.⁴⁶ Constavam da lista, em relação numérica, todos os livros, panfletos e jornais relacionados por autor, apreendidos entre 1939 a 1945.

A relação “Livros no Depósito do DOPS” (incluindo panfletos, jornais e revistas) foi elaborada em três colunas distintas por nome, autor e quantidade, totalizando 64.087 volumes. Restaram naquele departamento, segundo ofício de José Edgar Pinto de Moraes, delegado adjunto do DEOPS/SP, “apenas o material de propaganda e ideologia contrária aos interesses nacionais”. Constavam da relação: “...alguns pertences à pessoas ignoradas, e outros fazem parte de inquéritos já julgados em última instância pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional”.⁴⁷

Em 6 de junho de 1957, o material destinado para “industrialização” foi encaminhado à Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., situada a rua Alcântara, n 328, no bairro da Vila Maria em São Pulo. Autorizado por José Edgard Pinto de Moraes, um caminhão foi carregado com milhares de panfletos, jornais, revistas e livros diversos, acondicionados em caixotes, caixas e fardos. Constavam também “amarrados de fotografias (de japoneses, de súditos do Eixo e de comunistas), “impressos da Shindô-Rinmei [sic], bandeirolas comunistas”, diplomas, fichários e carteiras do P.C.B., papéis da Cia de Ferro e Aço, da Siderúrgica São Paulo-Minas, e da Cia. Brasileira de Borracha, cartilhas japonesas, impressos da Cia. Nacional Indústria Pesada, impressos da Congregação Israelita Paulista, discos, selos e propaganda do PCB., mapas, plantas, cartazes de cinema”, entre outras centenas de papéis sediciosos.⁴⁸ Duas viagens foram realizadas para transportar 11.090 quilos de impressos que, separados das embalagens, renderam 8.190 quilos de “material servível”.⁴⁹ Uma outra quantidade de materiais “inúteis e inaproveitáveis” foi remetida ao forno incinerador da Prefeitura Municipal de São Paulo em 15 de maio de 1957, “visto ser impossível a contagem de muitos materiais estragados por umidade”.

Ao constarmos a destruição de impressos “subversivos” por ordem de governos definidos como democráticos, torna-se difícil conceituar censura e repressão como posturas características apenas das práticas autoritárias. A “eliminação” de impressos subversivos deve ser interpretada apenas como a “morte simbólica ou física” do

⁴⁶ *Proc. n.º 15688, Ano 1957*. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Interessado: Departamento de Ordem Política e Social da capital, São Paulo. Assunto: Autorização. Anexo ao *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...Deops/SP*. APESP.

⁴⁷ Ofício de José Edgard Pinto de Moraes, Delegado Adjunto do DOPS para o diretor do DEOPS. São Paulo, 4 de junho de 1957, fl. 41. *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...Deops/SP*. APESP.

⁴⁸ Seleccionamos apenas alguns exemplos. A listagem completa pode ser consultada junto ao ofício de José Edgard Pinto de Moraes ao diretor do Deops. São Paulo, 4 de junho de 1947. *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...*, fls. 54-56. DEOPS/SP. APESP.

⁴⁹ Auto de Entrega do Material para Industrialização, por José Edgard Pinto de Moraes, Delegado do Deops. São Paulo, 9 de agosto de 1957. *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...* DEOPS/SP. APESP.

documento, visto que as idéias em prol da liberdade de expressão dificilmente serão consumidas pelo fogo. Podemos considerar que os papéis confiscados pela Polícia Política brasileira apenas perderam o seu valor de uso que equivale, em parte, à morte social do impresso. Felizmente, nem tudo se perdeu: queimaram-se os impressos, ficaram os homens. Morreram os homens, persistiram as idéias. Ou ainda, como muito bem comentou Robert Darnton, referindo-se ao momento em que o carrasco público rasgou e queimou livros proibidos no pátio do Palais de Justice de Paris, em 1878: “... estava-se, enfim, rendendo tributo ao poder da palavra impressa”.

Recorro a uma outra frase, alias muito oportuna, de Jean Baudrillard: “...o social morre de uma extensão do valor de uso que equivale a uma liquidação. Quando tudo, inclusive o social, se torna valor de uso, o mundo se tornou inerte”. Assim, ao identificarmos o volume de impressos que circularam na clandestinidade entre 1924-1983 no estado de São Paulo, temos certeza de que as majorias silenciosas souberam se organizar enquanto forças de resistência. Romperam, enfim, o silêncio imposto pelo poder.

Bibliografia

- AGULHON, Maurice. *Marianne au combat: L'imagerie et la Symbolique Républicaines de 1789 à 1880*. Paris, Flammarion, 1979.
- ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade, 1927-1937*. São Paulo, Imprensa oficial; Arquivo do Estado, 2000.
- BALANDIER, George. *O Poder em Cena*. Brasília, EUNB, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean. *A Sombra das Minorias Silenciosas. O Fim do Social e o Surgimento das Massas*, 4ªed., Trad. SuelY Bastos, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BJERG, Maria; OTERO, Hernán. *Inmigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires, CEMLA; IEHS, 1995.
- BRISSOLI FILHO, Francisco. *Estigmas da Criminalização: dos Antecedentes à Reincidência Criminal*. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. Fantasmas de uma geração, 3.ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- Livros Proibidos, Idéias Malditas*. 2.ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- O Veneno da Serpente. Questões acerca do anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*, São Paulo, Edusp;Fapesp, 2002.
- CANETTI, Elias. *A Consciência das Palavras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “Quebra-Santos”. Repressão ao Anti-Clericalismo no Brasil República (1924-1945)*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2007 [Inventário DEOPS, 14].
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília, EnB, 1999.

- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas. O Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GIRADET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimto do Brasil” in: *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas. O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*, 2ed. Revista. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.
- Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007.
- MATOS, Olgária Chain Féres. “Espaço público e tolerância política” in: Wander Melo Miranda, *Narrativas da Modernidade* (org.), Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Alerta Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O mito da conspiração judaico-comunista” in: *Revista de História*, FFLCH-USP, Departamento de História (138), 1998, pp. 93-106.
- SCHWARTZMAN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra; Edusp, 1984.
- KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.
- MOLES, Abraham. *O Cartaz*. Trad. de Miriam Garcia Mendes. São Paulo, Perspectiva; Edusp, 1974.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- STAROBINSKI, Jean. “O Mito Solar da Revolução” In: *1789: Os Emblemas da Razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 38-43.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *República Espanhola, Um Modelo a Ser Evitado*, São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001. [Série Inventário Deops].
- WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo & Judaísmo: A Esquerda Judaica Sob a Vigilância do Deops*. São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001. [Inventário Deops: Módulo VI-Comunistas].

Teses e Dissertações

- Archangelo, Rodrigo. *Um Bandeirante na Tela*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH, USP, 2007.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Que Venha o Decreto de Expulsão*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH, USP, 2000.